



# RELATÓRIO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017

PATROCINADOR MASTER



PATROCINADORES OFICIAIS



PARCEIRO OFICIAL



FORNECEDOR OFICIAL



PARCEIROS DE MÍDIA



APOIO GOVERNAMENTAL





## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ.

Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2017.

### Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis .....	3/6
Demonstrações Contábeis	
Balancos Patrimoniais .....	7/8
Demonstrações dos Resultados .....	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31/12/2017 .....	12/16



**ADV-R-002/2018**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**  
**Administradores da**  
**Confederação Brasileira de Judô**  
Rio de Janeiro / RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Judô (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Judô em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC 1.409/12).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Confederação Brasileira de Judô é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Outros assuntos**

As demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Judô para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 16 de fevereiro de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

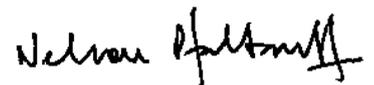
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2018

**ADVANCE Auditores Independentes SS**

CRC/RJ 007.276/O-0

Registro CVM 1266



**Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff**

Contador CRC/RJ 028.998/O

Registro CNAI 209

Sócio Responsável

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
**(Expresso em R\$)**

ATIVO		2017	2016
<b>Circulante</b>		<b><u>18.952.959,57</u></b>	<b><u>25.258.797,86</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa	(nota 4)	5.059.390,99	9.409.231,56
Adiantamentos diversos		37.802,15	184.653,43
Contas a Receber - Patrocinadores	(nota 5)	8.135.330,94	9.358.862,85
Contas a Receber - Lei de Incentivo	(nota 5)	5.712.894,55	6.300.000,00
Outras Contas a Receber		1.835,88	6.050,02
Despesas de Exercício Futuro		5.705,06	-
<b>Não Circulante</b>		<b><u>30.097.831,19</u></b>	<b><u>43.230.800,13</u></b>
Cauções Imobiliárias		165.416,59	182.889,00
Contas a receber - Patrocinadores	(nota 5)	10.300.000,00	36.450.000,00
Contas a Receber - Lei Incentivo	(nota 5)	14.000.000,00	-
Investimentos		1.000,00	1.000,00
Imobilizado líquido	(nota 6)	5.511.028,87	6.424.889,19
Intangível líquido	(nota 7)	120.385,73	172.021,94
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>49.050.790,76</u></b>	<b><u>68.489.597,99</u></b>
<b>Contas de Compensação</b>	(nota 16)	<b><u>2.501.412,55</u></b>	<b><u>3.141.627,99</u></b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
**(Expresso em R\$)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>		<b>18.215.775,57</b>	<b>24.213.101,41</b>
Contas a Pagar		1.800,00	24.028,70
Encargos sociais a recolher	(nota 8)	117.093,85	106.958,09
Tributos a recolher	(nota 8)	3.487,69	7.267,92
Obrigações c/ pessoal	(nota 8)	394.895,67	379.362,60
Contas a pagar – LAP	(nota 9)	212.175,52	427.725,81
Receita Futura – Patrocinadores	(nota 10)	10.528.939,30	13.426.657,98
Convênios a Pagar	(nota 11)	6.953.738,77	9.641.100,31
Outras Contas a Pagar		3.644,77	200.000,00
<b>Não Circulante</b>		<b>25.048.605,99</b>	<b>37.154.452,01</b>
Receita Futura com Patrocinadores	(nota 5)	10.300.000,00	36.450.000,00
Incentivo a Pagar	(nota 5)	14.000.000,0	-
Receita Futura Bens Imobilizados		748.605,99	704.452,01
<b>Total do Passivo</b>		<b>43.264.381,56</b>	<b>61.367.553,42</b>
<b>Patrimônio Social</b>		<b>5.786.409,20</b>	<b>7.122.044,57</b>
Patrimônio Social		85.543,81	85.543,81
Resultado acumulado		7.036.500,76	7.719.297,57
(Déficit) / Superávit do exercício		(1.335.635,37)	(682.796,81)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b>		<b>49.050.790,76</b>	<b>68.489.597,99</b>
<b>Contas de Compensação</b>	(nota 16)	<b>2.501.412,55</b>	<b>3.141.627,99</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Expresso em R\$)

<b>Receitas operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receitas da Lei Piva	5.475.783,79	5.793.482,59
Receitas de Patrocinadores	9.290.016,21	12.493.754,82
Lei de Incentivo	8.872.759,95	6.391.685,53
Convênios	1.204.793,18	5.870.991,70
Outras Receitas	18.291,83	2.115.720,17
<b>Total das receitas operacionais</b>	<b><u>24.861.644,96</u></b>	<b><u>32.665.634,81</u></b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas com Pessoal	(3.971.122,33)	(4.242.513,18)
Despesas Administrativas	(23.813.048,35)	(29.068.555,58)
Despesas Financeiras	(92.538,73)	(59.065,34)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b><u>(27.876.709,41)</u></b>	<b><u>(33.370.134,10)</u></b>
<b>Total resultado operacional</b>	<b><u>(3.015.064,45)</u></b>	<b><u>(704.499,29)</u></b>
<b>Receita não operacional</b>		
Receitas Diversas / Receitas Financeiras	1.679.429,08	21.702,48
<b>Total receita não operacional</b>	<b><u>1.679.429,08</u></b>	<b><u>21.702,48</u></b>
<b>Superávit / (Déficit) do exercício</b>	<b><u>(1.335.635,37)</u></b>	<b><u>(682.796,81)</u></b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
 (Expresso em R\$)

<b>Histórico</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Resultado Acumulado</b>	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>85.543,81</b>	<b>9.884.158,59</b>	<b>(2.164.861,02)</b>	<b>7.804.841,38</b>
Incorporação ao Res. Acumulado		(2.164.861,02)	2.164.861,02	-
Resultado do exercício			(682.796,81)	(682.796,81)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>85.543,81</b>	<b>7.719.297,57</b>	<b>(682.796,81)</b>	<b>7.122.044,57</b>
Incorporação ao Res. Acumulado		(682.796,81)	682.796,81	-
Resultado do exercício			(1.335.635,37)	(1.335.635,37)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>85.543,81</b>	<b>7.036.500,76</b>	<b>(1.335.635,37)</b>	<b>5.786.409,20</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Expresso em R\$)

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Superávit(déficit) do exercício	(1.335.635,37)	(682.796,81)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais dos itens que não afetam o caixa</b>		
Depreciação	1.116.961,99	1.089.680,08
<b>Superávit Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro</b>	<b>(218.673,38)</b>	<b>406.883,27</b>
<b>Variações no ativo (Aumento) Redução:</b>	<b>14.123.470,13</b>	<b>(4.772.938,44)</b>
em Ativo Circulante	145.360,36	410.074,24
em Outras Contas	17.472,41	(160.385,00)
em Outros Ativos	-	16.231,17
Convênios	(1.875.000,00)	-
Receita de Exercício Futuro	12.150.000,00	(6.450.000,00)
Créditos a receber - Patrocinadores	1.223.531,91	7.761.141,15
Créditos a Receber - Lei de Incentivos	2.462.105,45	(6.300.000,00)
<b>Variações no passivo (Aumento) Redução:</b>	<b>(18.103.171,86)</b>	<b>(885.805,31)</b>
em Contas a Pagar	(218.583,93)	(34.459,94)
em Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	6.355,53	(73.617,53)
em Receita Exercício Futuro	(12.150.000,00)	6.450.000,00
em Obrigações com Pessoal	15.533,07	(107.608,89)
Receita a Curto Prazo	(215.550,29)	(6.756.717,27)
Obrigações com Patrocinadores	(2.897.718,68)	(1.067.853,69)
Obrigações com Lei de Incentivos	(2.852.155,31)	-
Convênios	164.793,77	-
Receita Futura Bens Imobilizado	44.153,98	704.452,01
<b>FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS</b>		
Ajustes de Exercícios Anteriores		
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(4.198.375,11)</b>	<b>(5.201.860,48)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(151.465,46)</b>	<b>(1.202.904,06)</b>
Aquisições de ativo imobilizado	(151.465,46)	(1.584.934,06)
Baixas de ativo imobilizado	-	382.030,00
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(4.349.840,57)</b>	<b>(6.404.764,54)</b>
<b>Saldo das disponibilidades no Início do Período</b>	<b>9.409.231,56</b>	<b>15.813.996,10</b>
<b>Saldo das disponibilidades no Fim do Período</b>	<b>5.059.390,99</b>	<b>9.409.231,56</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO</b>	<b>(4.349.840,57)</b>	<b>(6.404.764,54)</b>



## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31.12.2017

### 1. Contexto Operacional

A Confederação Brasileira de Judô, designada pela sigla CBJ, sociedade civil de direito privado, de caráter exclusivamente desportivo, possui personalidade jurídica e patrimônios próprios, sendo constituída por todas as Filiadas, Entidades de Administração do Desporto da respectiva modalidade no âmbito territorial das Unidades da Federação, e goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, conforme artigo 217 da Constituição Federal.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplam inclusive as modificações decorrentes das Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e na Lei nº 11.941/09.

Essas alterações tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board – IASB”.

As modificações introduzidas pela referida legislação, caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, os ajustes resultantes da adoção da nº Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, não tiveram impacto no resultado e no Superávit/ (déficit) acumulados, assim como não tiveram efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de valor.

#### b. Aplicações financeiras

Estão registradas ao custo, acrescidas dos juros incorridos até a data do balanço.

#### c. Apuração do resultado, ativos e passivos

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os encargos e as variações monetárias a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Circulante		
Conta	2017	2016
Caixa	1.992,88	5.000,00
Bancos conta movimento	396.036,30	281.784,06
Aplicações Financeiras	4.661.361,81	9.122.447,50
<b>Totais</b>	<b><u>5.059.390,99</u></b>	<b><u>9.409.231,56</u></b>

## 5. Contas a Receber Patrocinadores e Lei de Incentivo

São representadas por valores de contratos de patrocínio e Lei de Incentivo ao esporte, cujas liberações das parcelas estão por ocorrer, conforme segue:

Patrocinador	Circulante	Não Circulante
Bradesco	6.608.862,85	10.300.000,00
Cielo	1.526.468,09	-
<b>Totais</b>	<b>8.135.330,94</b>	<b>10.300.000,00</b>

Incentivo	Circulante	Não Circulante
Bradesco	2.251.271,40	8.000.000,00
Cielo	1.586.623,15	6.000.000,00
P.M. Lauro de Freitas	1.875.000,00	-
<b>Totais</b>	<b>5.712.894,55</b>	<b>14.000.000,00</b>

## 6. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido pela depreciação dos bens, que é calculada pelo método linear às taxas anuais e que consideram a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A composição do Imobilizado é a seguinte:

Imobilizado	Custo (R\$)	Depreciação R\$	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12/2016	Taxa Depreciação
<b>Imóveis</b>	44.361,00	(29.574,00)	14.787,00	16.561,44	4%
<b>Móveis e Utensílios</b>	1.963.673,50	(780.559,25)	1.183.114,25	1.372.150,94	10%
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	73.848,62	(51.014,00)	22.834,62	27.169,52	20%
<b>Instalações</b>	472.048,17	(225.925,15)	246.123,02	283.326,68	10%
<b>Equipamentos Técnicos</b>	5.997.616,25	(3.018.664,47)	2.978.951,78	3.575.164,84	10%
<b>Computadores e Periféricos</b>	889.990,99	(815.582,98)	74.408,01	174.823,26	20%
<b>Veículos</b>	300.847,48	(284.816,70)	16.030,78	-	20%
<b>Eq. Telecomunicação</b>	103.245,50	(75.884,90)	27.360,60	41.845,80	10%
<b>Eq. Técnicos com Terceiros</b>	148.638,50	(53.497,85)	95.140,65	110.004,45	10%
<b>Benf. em Propr. Terceiros</b>	157.180,40	(53.508,23)	103.672,17	119.390,25	10%
<b>Convênio MESP 813840/2014</b>	742.990,00	(118.337,95)	624.652,05	698.951,01	10%
<b>Patrocínio Bradesco</b>	67.512,46	(6.923,03)	60.589,43	5.501,00	10%
<b>Patrocínio Alpargatas</b>	18.595,00	(1.859,52)	16.735,48	-	10%
<b>Patrocínio Petrobrás</b>	51.056,52	(4.427,49)	46.629,03	-	10%
<b>Totais</b>	<b>11.031.604,39</b>	<b>(5.520.575,52)</b>	<b>5.511.028,87</b>	<b>6.424.889,19</b>	

## 7. Intangível

A composição do Intangível é a seguinte:

Intangível	Custo (R\$)	Amortização R\$	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12/2016	Taxa Amortização
Software	286.050,29	(165.664,56)	120.385,73	172.021,94	20%
<b>Totais</b>	<b>286.050,29</b>	<b>(165.664,56)</b>	<b>120.385,73</b>	<b>172.021,94</b>	

## 8. Encargos sociais, fiscais e trabalhistas a Recolher

Referem-se substancialmente a encargos e contribuições a recolher com os valores refletidos até a data do balanço.

### a) Encargos Sociais a Recolher

Conta	2017 Valor R\$	2016 Valor R\$
INSS a Recolher	62.584,06	65.411,12
FGTS a recolher	13.183,60	13.368,59
IRRF a recolher	27.878,65	25.722,10
IRRF Terceiros Autônomos a Recolher	484,20	169,90
INSS Retido de Terceiros PF a Recolher	6.200,00	1.922,00
IRRF - Aluguéis e Royalties a Recolher	6.763,34	364,38
<b>Totais</b>	<b>117.093,85</b>	<b>106.958,09</b>

### b) Tributos a Recolher

Conta	2017 Valor R\$	2016 Valor R\$
PIS a Recolher	1.647,95	1.794,63
COFINS a Recolher	23,69	72,05
ISS Retido de Terceiros	225,78	2.242,75
PIS/Cofins/CSLL a Recolher	1.202,38	2.397,34
IRRF Serviços Prestados PJ	387,89	761,15
<b>Totais</b>	<b>3.487,69</b>	<b>7.267,92</b>

### c) Obrigações com Pessoal

<b>Conta</b>	<b>2017 Valor R\$</b>	<b>2016 Valor R\$</b>
Salários a Pagar	151.125,00	135.840,00
Autônomos a Pagar	6.966,30	5.348,10
Provisão de Férias e Encargos	236.804,37	238.174,50
<b>Totais</b>	<b><u>394.895,67</u></b>	<b><u>379.362,60</u></b>

### 9. Contas a Pagar - LAP

<b>Conta</b>	<b>2017 Valor R\$</b>	<b>2016 Valor R\$</b>
Receita Aplic. Fiananc. Lei Piva	90.515,43	53.739,45
Grand Slam Tóquio Fase I	-	6.813,26
Grand Slam Tóquio Fase II	-	11.234,03
Manutenção Entidade (12/2016)	-	6.110,47
Manut. Centro Treinam. (12/2016)	-	13.721,93
Manutenção Entidade (01/2017)	-	56.410,00
Manutenção Centro Treinam. (01/2017)	-	201.182,20
Grand Slam e TC Etapa I Paris/França	-	78.514,47
Treinam. Campo MITTERS	263,43	-
World Master São Petersburgo	925,30	-
Manutenção Entidade (12/2017)	5.405,08	-
Manutenção Centro Treinam. (12/2017)	1.888,91	-
Grand Prix de Judô Tunisia	2.316,45	-
Grand Prix + TC IJF Etapa I Fase I Dusseldorf	15.183,92	-
Manutenção Entidade (01/2018)	95.677,00	-
<b>Totais</b>	<b><u>212.175,52</u></b>	<b><u>427.725,81</u></b>

## 10. Receita Futura – Patrocinadores (Circulante)

<b>Conta</b>	<b>2017 Valor R\$</b>	<b>2016 Valor R\$</b>
Infraero	-	187.713,44
Petrobrás	-	1.263.964,62
Alpargatas	-	50.403,12
Bradesco	8.620.043,32	7.673.575,77
Secretaria Executiva Comunic -SP	313.226,00	301.001,03
Scania Latin America	-	150.000,00
Infraero Aditivo	47.943,64	500.000,00
Bradesco Super Desafios Bra de Judô	-	3.300.000,00
Cielo S/A	1.526.468,09	-
Prefeitura Municipal de Contagem	21.258,25	-
<b>Totais</b>	<b>10.528.939,30</b>	<b>13.426.657,98</b>

## 11. Convênios e Incentivos a Pagar

<b>Conta</b>	<b>2017 Valor R\$</b>	<b>2016 Valor R\$</b>
Convênios – P.M. Lauro de Freitas	2.250.084,99	2.085.291,22
Lei de Incentivos - Diversos	4.703.653,78	7.555.809,09
<b>Totais</b>	<b>6.953.738,77</b>	<b>9.641.100,31</b>

## 12. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos correspondentes. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada operação.

## 13. Contas a Pagar – Lei de Incentivo/Convênios

São valores referentes à captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte, que ficam em contas bancárias específicas, sendo utilizados até o encerramento dos eventos para os quais foram liberados até as respectivas prestações de contas.

#### **14. Demonstração dos fluxos de caixa**

O método de apresentação da DFC é o Método Indireto. Foi elaborado para o período de 2017 comparado ao exercício de 2016 com a finalidade de melhor informação. Não houve qualquer atividade de financiamento nos períodos apresentados.

#### **15. Patrimônio social**

O Patrimônio social da Confederação é constituído com o Fundo Social e os resultados acumulados nos períodos, acrescido ou reduzido pelo resultado apurado com os valores inerente às atividades da Confederação ao término do exercício social.

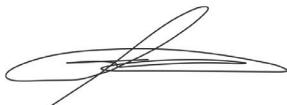
#### **16. Contas de Compensação**

São valores referentes à captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte, que ficam em contas bancárias bloqueadas que são administradas pelo Ministério dos Esportes, sendo seus saldos aplicados financeiramente até a sua liberação à CBJ.

#### **17. Provisão para Contingências**

Existem processos administrativos junto à Receita Federal do Brasil em andamento contra a Confederação. Os advogados responsáveis por estes processos apresentaram relação destas causas com seus valores imputados e com a avaliação da probabilidade de *perda possível na ordem de R\$ 2.266.405,27 para IRPJ e de R\$ 825.859,18 de CSLL e de perda remota para a Cofins na ordem de R\$ 864.093,94.*

A Administração da Confederação, baseada na opinião dos seus Advogados Jurídicos, entende não haver necessidade de constituir provisão para estas ações.



Silvio Acácio Borges  
Presidente  
CPF: 379.849.779-68



Jose Luis Martin Oitaven  
Técnico em Contabilidade – CRC 36216-1 RJ  
CPF: 344.921.007-68

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal no exercício de suas funções legais e estatutárias, conforme previsto no Art. 42, Item III, do Estatuto da CBJ, e em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis da CBJ, devidamente acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Origem e Aplicação de recursos, as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017.

Apreciou, ainda, as Demonstrações do Fluxo de Caixa, apresentadas com informações adicionais sobre a Confederação e opinamos favorável a aprovação dos referidos demonstrativos Financeiros conforme apresentados.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

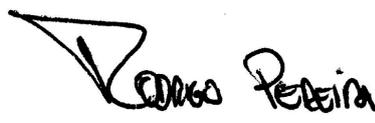
### **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**



Gilmar Cotrin Camerino



Berto Igor Caballero Cuellar



Rodrigo Pereira





**Confederação Brasileira de Judô**  
Brazilian Judo Confederation

**cbj.com.br**

PATROCINADOR MASTER



PATROCINADORES OFICIAIS



PARCEIRO OFICIAL



FORNECEDOR OFICIAL



PARCEIROS DE MÍDIA



APOIO GOVERNAMENTAL

